



SUMÁRIO

1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	27
1.1. Processo objetivo	27
1.2. Competência	29
1.3. Legitimidade	30
1.3.1. Legitimidade passiva.....	30
1.3.2. Legitimidade ativa	31
1.4. Procedimento.....	37
1.4.1. Petição inicial.....	37
1.4.2. Posturas do juiz diante da petição inicial	41
1.4.2.1. Emenda da petição inicial	41
1.4.2.2. Indeferimento da petição inicial.....	42
1.4.2.3. Pedido de informações	43
1.4.2.4. Manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	43
1.4.2.5. Instrução probatória.....	45
1.5. Tutela de urgência	46
1.6. Decisão.....	52
1.6.1. Conteúdo	52
1.6.2. Efeitos	53
1.7. Recorribilidade	55
1.8. Intervenção de terceiros	60
1.9. <i>Amicus curiae</i>	62
1.10. Coisa julgada material	69
1.10.1. Limites objetivos da coisa julgada	69

1.10.1.1. Considerações gerais.....	69
1.10.1.2. Considerações específicas	69
1.10.2. Eficácia vinculante das decisões.....	71
1.10.2.1. Introdução.....	71
1.10.2.2. Função negativa da coisa julgada.....	71
1.10.2.3. Função positiva da coisa julgada.....	72
1.10.2.4. Conclusão.....	73
1.10.3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	76
1.10.4. Coisa julgada <i>pro et contra</i>	78
1.11. Declaração de inconstitucionalidade e relativização da coisa julgada material.....	82
2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....	89
2.1. Introdução.....	89
2.2. Cabimento.....	90
2.3. Legitimidade	91
2.4. Aspectos procedimentais.....	92
2.5. Efeitos da decisão	95
2.6. Medida cautelar.....	96
3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	101
3.1. Introdução.....	101
3.2. Existência de controvérsia judicial	102
3.3. Legitimidade	105
3.4. Sujeitos processuais	105
3.5. Liminar	106
3.6. Decisão e seus efeitos	108
4. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	109
4.1. Introdução	109

4.2.	Preceitos fundamentais	110
4.3.	Objeto da arguição de descumprimento	111
4.4.	Formas procedimentais da arguição de descumprimento	114
4.5.	Arguição incidental e incidente de arguição de inconstitucionalidade	116
4.6.	Legitimidade	118
4.7.	Competência	121
4.8.	Procedimento.....	121
4.8.1.	Petição inicial.....	121
4.8.2.	Posturas do juiz diante da petição inicial	125
4.8.2.1.	Emenda da petição inicial	125
4.8.2.2.	Indeferimento da petição inicial.....	126
4.8.2.3.	Apreciação de liminar.....	127
4.8.2.4.	Pedido de informações.....	127
4.8.3.	Manifestações	127
4.8.4.	Decisão	129
4.9.	Tutela de urgência	131
4.10.	Recorribilidade	133
4.11.	Caráter subsidiário	134
5.	MANDADO DE INJUNÇÃO	137
5.1.	Introdução.....	137
5.2.	Teorias	139
5.2.1.	Teoria da subsidiariedade	139
5.2.2.	Teoria da independência jurisdicional	139
5.2.3.	Teoria da resolutividade.....	140
5.2.4.	Posição do Supremo Tribunal Federal	140
5.2.5.	Previsão legal da Lei 13.300/2016.....	143
5.3.	Competência	144
5.4.	Legitimidade	145
5.5.	Procedimento.....	149

5.5.1. Petição inicial.....	149
5.5.2. Tutela de urgência.....	151
5.5.3. Indeferimento da petição inicial	152
5.5.4. Atos de comunicação e reações.....	153
5.5.5. Decisão	154
5.5.6. Coisa julgada material.....	155
5.6. Mandado de injunção coletivo.....	156
5.7. Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	158
6. MANDADO DE SEGURANÇA	161
6.1. Cabimento do mandado de segurança.....	161
6.1.1. Hipótese genérica de cabimento.....	161
6.1.2. Vedações específicas ao cabimento do mandado de segurança.....	163
6.1.2.1. Atos de gestão comercial	163
6.1.2.2. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução....	164
6.1.2.3. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo	166
6.1.2.4. Decisão transitada em julgado.....	172
6.2. Direito líquido e certo e procedimento sumário documental	174
6.3. Competência.....	179
6.4. Sujeitos processuais	182
6.4.1. Legitimação ativa.....	182
6.4.1.1. Introdução	182
6.4.1.2. Legitimidade ordinária individual.....	183
6.4.1.3. Legitimação extraordinária	184
6.4.2. Legitimidade passiva.....	187
6.4.3. Autoridade coatora.....	190
6.4.4. Litisconsórcio	192
6.4.4.1. Aplicação das regras do CPC ao mandado de segurança.....	192

6.4.4.2.	Litisconsórcio ativo ulterior	192
6.4.4.3.	Litisconsórcio passivo necessário	193
6.4.5.	Ministério Público.....	195
6.5.	Prazo para a impetração do mandado de segurança	197
6.6.	Procedimento.....	198
6.6.1.	Aspectos gerais.....	198
6.6.1.1.	Forma dos atos processuais.....	198
6.6.1.2.	Preferência no trâmite procedimental.....	199
6.6.2.	Petição inicial.....	200
6.6.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	204
6.6.3.1.	Emenda da petição inicial	204
6.6.3.2.	Indeferimento da petição inicial.....	206
6.6.3.2.1.	Hipótese de indeferimento	207
6.6.3.2.2.	Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial	209
6.6.3.3.	Demais posturas	210
6.6.4.	Informações e contestação.....	212
6.6.5.	Decisão.....	213
6.6.5.1.	Comunicações de decisão concessiva	213
6.6.5.2.	Decisão de natureza condenatória de pagar quantia.....	214
6.6.5.3.	Recorribilidade.....	215
6.6.5.4.	Legitimidade recursal.....	216
6.6.5.5.	Vedação à condenação em honorários advocatí- cios	217
6.6.5.6.	Substituição das decisões por notas taquigráficas....	218
6.7.	Desistência do mandado de segurança.....	219
6.8.	Coisa julgada material e renovação do mandado de segurança...	222
6.9.	Reexame necessário.....	226
6.10.	Cumprimento provisório de sentença	226
6.11.	Meios executivos para cumprimento da ordem e criminaliza- ção da conduta da autoridade coatora	229

6.12. Tutela de urgência	231
6.12.1. Natureza jurídica da liminar	231
6.12.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	232
6.12.3. Comunicações	234
6.12.4. Recurso cabível contra decisão liminar	234
6.12.5. Vedação à concessão de liminares	235
6.12.6. Efeitos da liminar	236
6.12.7. Perempção ou caducidade da liminar	237
6.13. Poderes do relator do mandado de segurança de competência originária do tribunal	239
6.14. Pedido de suspensão de segurança	241
6.15. Mandado de segurança coletivo.....	247
6.15.1. Introdução	247
6.15.2. Legitimidade ativa	247
6.15.3. Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo...	250
6.15.4. Coisa julgada.....	250
6.15.5. Relação do mandado de segurança coletivo e individual....	258
6.15.6. Oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público antes da concessão da liminar.....	260
7. RECLAMAÇÃO	261
7.1. Natureza jurídica.....	261
7.2. Cabimento.....	264
7.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal.....	265
7.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal....	266
7.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade....	269
7.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante....	270
7.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência.....	273
7.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	273

7.3.	Procedimento.....	275
7.3.1.	Introdução	275
7.3.2.	Petição inicial.....	276
7.3.3.	Prazo	278
7.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação	280
7.3.5.	Reações dos interessados	281
7.3.6.	Julgamento.....	283
8.	HABEAS DATA	285
8.1.	Introdução.....	285
8.2.	Direito à informação e <i>habeas data</i>	286
8.3.	Hipóteses de cabimento.....	287
8.3.1.	Introdução	287
8.3.2.	Direito à informação	287
8.3.3.	Direito à retificação de dados.....	289
8.3.4.	Anotação sobre dado verdadeiro.....	289
8.4.	Fase administrativa.....	290
8.4.1.	Interesse de agir.....	290
8.4.2.	Procedimento	292
8.4.2.1.	Fase pré-processual	292
8.4.2.2.	Fase processual.....	294
8.4.2.2.1.	Introdução.....	294
8.4.2.2.2.	Petição inicial.....	295
8.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	296
8.4.2.2.4.	Prestação de informações	298
8.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público?	298
8.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público.....	299
8.4.2.2.7.	Instrução	299
8.4.2.2.8.	Decisão	300
8.5.	Liminar	302

8.6.	Legitimidade	303
8.6.1.	Legitimidade ativa	303
8.6.2.	Legitimidade passiva.....	304
8.7.	Competência	305
8.8.	Recursos.....	306
9.	AÇÃO POPULAR.....	311
9.1.	Breve histórico.....	311
9.1.1.	Origem remota	311
9.1.2.	Origem próxima	312
9.2.	Cabimento.....	313
9.2.1.	Patrimônio público material e imaterial.....	313
9.2.2.	Atos e omissões	314
9.2.3.	Tutela reparatória e preventiva	315
9.2.4.	Espécies de atos impugnáveis	317
9.2.5.	Binômio ilegalidade-lesividade	319
9.3.	Sujeitos processuais	322
9.3.1.	Legitimidade ativa.....	322
9.3.1.1.	Espécies de legitimação ativa na ação popular....	322
9.3.1.2.	Legitimidade ativa do cidadão.....	323
9.3.1.3.	Intervenção superveniente de cidadão no polo ativo.....	328
9.3.2.	Legitimidade passiva.....	331
9.3.2.1.	Legitimados passivos.....	331
9.3.2.2.	Legitimação bifronte das pessoas jurídicas de direito público ou privado.....	334
9.3.3.	Litisconsórcio ativo e passivo.....	336
9.3.4.	Intervenção de terceiros na ação popular	338
9.3.5.	Participação do Ministério Público	340
9.3.5.1.	Legitimidade ativa superveniente	340
9.3.5.2.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ...	340
9.3.5.3.	Participação na execução	344

9.4. Competência	346
9.5. Procedimento.....	351
9.5.1. Introdução	351
9.5.2. Petição inicial.....	351
9.5.3. Posturas do juiz diante da petição inicial	354
9.5.3.1. Emenda e indeferimento da petição inicial	354
9.5.3.2. Julgamento de improcedência liminar.....	355
9.5.3.3. Citação dos réus e intimação do Ministério Público.....	355
9.5.3.4. Exibição incidental.....	357
9.5.4. Contestação	358
9.5.4.1. Prazo	358
9.5.4.2. Matéria de defesa.....	360
9.5.4.3. Revelia	360
9.5.5. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.....	362
9.5.6. Sentença	364
9.6. Abandono e desistência do autor popular.....	366
9.6.1. Introdução	366
9.6.2. Momento de aplicação do dispositivo legal	367
9.6.3. Desistência e “absolvição de instância”	367
9.6.4. Sucessores processuais	369
9.7. Conexão e litispendência.....	371
9.7.1. Conceitos e efeitos	371
9.7.2. Efeitos da conexão e litispendência na tutela coletiva.....	372
9.7.3. Prevenção do juízo	374
9.8. Recursos.....	376
9.8.1. Recursos cabíveis.....	376
9.8.2. Legitimidade recursal	377
9.8.3. Isenção no recolhimento do preparo	378
9.8.4. Efeitos da apelação.....	380
9.9. Reexame necessário.....	381

9.9.1. Introdução	381
9.9.2. Reexame necessário na ação popular	383
9.10. Coisa julgada	384
9.11. Relativização da coisa julgada	389
9.11.1. Introdução	389
9.11.2. Ação rescisória	390
9.11.3. Coisa julgada inconstitucional	391
9.11.4. Coisa julgada injusta inconstitucional	392
9.12. Liquidação de sentença	393
9.12.1. Introdução	393
9.12.2. Espécies de liquidação de sentença	394
9.12.3. Legitimidade ativa	395
9.12.4. Competência	396
9.13. Execução	397
9.13.1. Introdução	397
9.13.2. Execução por sub-rogação e indireta	397
9.13.3. Legitimidade ativa	400
9.13.4. Medidas cautelares para garantir o resultado da execução	401
9.13.5. Capítulos da sentença executáveis	402
9.14. Tutela provisória	403
9.14.1. Tutela antecipada e cautelar	403
9.14.2. Pedido de suspensão de segurança	405
9.15. Gratuidade	405
9.15.1. A regra da gratuidade	405
9.15.2. Exceção à regra da gratuidade: condenação do autor popular nos ônus de sucumbência	409
9.16. Prescrição	410
10. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	413
10.1. Nomenclatura	413
10.2. Objeto de tutela	415

10.3. Direitos tutelados pela ação civil pública.....	417
10.3.1. Introdução	417
10.3.2. Direito difuso	417
10.3.3. Direito coletivo	419
10.3.4. Direitos individuais homogêneos	421
10.3.5. Direitos individuais indisponíveis	424
10.4. Competência	427
10.4.1. Competência originária dos tribunais superiores	427
10.4.2. Competência de Justiça Especializada.....	428
10.4.3. Competência da Justiça Comum.....	429
10.4.4. Competência do foro.....	432
10.4.4.1. Regra de competência absoluta: funcional ou territorial?.....	432
10.4.4.2. Local do dano	433
10.4.4.3. ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	436
10.4.5. Competência de juízo.....	436
10.5. Legitimidade	437
10.5.1. Espécies de legitimidade	437
10.5.2. Legitimados ativos.....	440
10.5.2.1. Ministério Público.....	440
10.5.2.2. Associação.....	446
10.5.2.3. Pessoas jurídicas da administração pública.....	458
10.5.2.4. Defensoria Pública	461
10.5.3. Legitimados passivos	471
10.6. Procedimento.....	471
10.6.1. Introdução	471
10.6.2. Inércia da jurisdição	472
10.6.3. Prevenção do juízo.....	472
10.6.4. Litisconsórcio ativo	474
10.6.4.1. Espécie	474
10.6.4.2. Litisconsórcio ativo formado por diferentes Ministérios Públicos.....	474

10.6.4.3. Litisconsórcio ativo ulterior?	475
10.6.5. Instrução da petição inicial	478
10.6.6. Astreintes	478
10.6.7. Tutela provisória	481
10.7. Coisa julgada	482
10.7.1. Introdução	482
10.7.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	482
10.7.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	488
10.7.4. Limitação territorial da coisa julgada	489
10.8. Liquidação de sentença	495
10.8.1. Competência	495
10.8.2. Espécies de liquidação de sentença	497
10.8.3. Direito difuso e coletivo	498
10.8.4. Direito individual homogêneo	499
10.8.5. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	500
10.9. Execução	501
10.9.1. Legitimidade ativa	501
10.9.2. Direitos difusos e coletivos	503
10.9.3. Direitos individuais homogêneos	504
10.9.3.1. Introdução	504
10.9.3.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	505
10.9.3.3. Legitimidade	510
10.9.4. Regime jurídico das despesas e custas processuais	512
11. HABEAS CORPUS	513
11.1. Breve histórico	513
11.1.1. Origem remota	513
11.1.2. Origem próxima	514
11.1.3. O <i>habeas corpus</i> no Brasil	514
11.2. Natureza jurídica	515

11.3. Espécies de <i>habeas corpus</i>	516
11.4. Cabimento.....	517
11.4.1. Ausência de justa causa	518
11.4.2. Excesso de prazo	518
11.4.3. Incompetência	519
11.4.4. Cessação do motivo.....	520
11.4.5. Não concessão de fiança.....	520
11.4.6. Manifesta nulidade do processo.....	521
11.4.7. Extinção da punibilidade.....	522
11.4.8. <i>Habeas corpus</i> no processo civil.....	522
11.5. Limitações ao uso do <i>habeas corpus</i>	524
11.5.1. Punição disciplinar militar	525
11.5.2. Estado de defesa e estado de sítio	525
11.5.3. Sucedâneo recursal.....	526
11.5.4. Pena pecuniária	527
11.5.5. Decisão de Turma ou do Plenário.....	528
11.6. Sujeitos processuais	528
11.6.1. Paciente	528
11.6.2. Legitimidade ativa.....	528
11.6.3. Legitimidade passiva.....	529
11.7. Competência	530
11.7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	530
11.7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	530
11.7.3. Competência no âmbito da justiça especializada (Justiça Eleitoral, Militar ou do Trabalho).....	531
11.7.4. Justiça Eleitoral	531
11.7.5. Justiça Militar.....	532
11.7.6. Justiça do Trabalho	532
11.7.7. Competência no âmbito da justiça comum (Justiça Federal e Estadual de Primeiro e Segundo Graus)	533
11.7.8. Competência das Turmas Recursais	534
11.8. Procedimento.....	534

11.8.1. Petição inicial.....	534
11.8.2. Liminar em <i>habeas corpus</i>	535
11.8.3. Posturas do juiz, intervenção do Ministério Público e decisão.....	536
11.8.4. Desistência.....	537
11.9. Recursos.....	538
BIBLIOGRAFIA	541